

A Pauta da Semana detalha a previsão dos trabalhos nos Plenário e Comissões da Câmara dos Deputados e Senado Federal no período de **4 a 8 de novembro 2019**, observando que os eventos podem ser cancelados, alterados ou incluídos extra pauta.

SEMANA NO CONGRESSO: Há sete semanas do encerramento do ano legislativo a expectativa é a promulgação da Reforma Previdência para iniciar a sua vigência. A expectativa agora é com as novas propostas que o governo Bolsonaro enviará para o Parlamento, dentre as possibilidades está a reforma administrativa. No **Senado Federal** o foco ficará com a Proposta de Emenda à Constituição 133 de 2019, conhecida como PEC Paralela que trata da complementação da reforma da Previdência.



Plenário

3ª, 4ª e 5ª feira

Pauta trancada pela **Medida Provisória 890 de 2019**, que institui o Programa Médicos pelo Brasil, no âmbito da atenção primária à saúde no Sistema Único de Saúde e pela **Medida Provisória 894 de 2019**, que institui pensão especial destinada a crianças com microcefalia decorrente do Zika Vírus, nascidas entre 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada. Sem matéria de interesse da categoria.

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania

3ª feira, 14h e 4ª feira, 9h

Revista íntima nos empregados nos locais de trabalho

Projeto de Lei 1.941 de 2015, de autoria do deputado Luis Tibé (PTdoB-RJ), que dispõe sobre a proibição de revista íntima nos empregados nos locais de trabalho, com relatório Chiquinho Brazão (AVANTE-RJ) pela constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação, com substitutivo.

Trabalho aos domingos e feriados para o comércio em geral

Projeto de Lei 2.321 de 2015, de autoria do deputado André Figueiredo (PDT-CE), que estabelece que as categorias compostas por restaurantes, bares, barracas de praia e similares e hotéis, pousadas e similares não estão inclusas na de "comércio em geral", com relatório do deputado Eduardo Bismarck (PDT-CE), pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste e do substitutivo da comissão de trabalho, de administração e serviço público.

5ª feira, 9h30

Concessão de abonos salariais

Projeto de Lei 6.756 de 2006, de autoria do deputado Vicentinho (PT-SP), que dispõe sobre a obrigatoriedade de parcelamento da concessão de abonos salariais, tendo em vista os limites legais de isenção da tabela progressiva do imposto de renda da pessoa física, com relatório do deputado Gilson Marques (Novo-SC), pela inconstitucionalidade e injuridicidade deste e do substitutivo Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.

Processo no Trabalho

Projeto de Lei 1.084 de 2007, de autoria do deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA), que altera a Consolidação das Leis do Trabalho, dispondo sobre o Processo do Trabalho para uma justiça do trabalho forte, ágil e célere, com relatório do deputado Gilson Marques (Novo-SC), pela inconstitucionalidade e injuridicidade deste, do projeto de lei nº 5.925/2009, apensado, e das emendas apresentadas na comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público.



Comissão de Seguridade Social e Família

4ª feira, 9h30

BPC da revisão da avaliação médico-pericial das condições que lhe deram origem

Projeto de Lei 8.949 de 2017, de autoria do deputado Rôney Nemer (PP-DF), para dispensar o segurado de avaliação periódica das condições que ensejaram o afastamento ou a aposentadoria, concedida judicial ou administrativamente, e o art. 21 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispensar o beneficiário do Benefício de Prestação Continuada - BPC da revisão da avaliação médico-pericial das condições que lhe deram origem, com relatório da deputada Erika Kokay (PT-DF), pela aprovação do projetos apensados na forma de texto substitutivo.

Acompanhante em Perícia médica e social do INSS

Projeto de Lei 10.670 de 2018, de autoria do deputado Herculano Passos (MDB-SP), que dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências, para permitir que o segurado ou beneficiário seja acompanhado de pessoa de sua confiança durante a perícia médica e social do Instituto Nacional do Seguro Social, com relatório da deputada Tereza Nelma (PSDB-AL), pela aprovação com duas emendas.

Extrato de recolhimento do INSS ao segurado

Projeto de Lei 10.776 de 2018, de autoria do deputado Hildo Rocha (MDB-MA), que dá nova redação ao inciso I do art. 80 da Lei 8.212, de 24 de julho de 1991, para determinar que o Instituto Nacional do Seguro Social envie anualmente aos segurados e às empresas o extrato do recolhimento de contribuições previdenciárias, com relatório do deputado Olival Marques (DEM-PA), pela aprovação deste e do PL 3.162/2019, apensado, com substitutivo.

Abono salarial ao Aposentado

Projeto de Lei 191 de 2019, de autoria do deputado Roberto de Lucena (PODE-SP), que altera a Lei 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para conceder abono salarial ao aposentado pelo Regime Geral de Previdência Social, com relatório do deputado Eduardo Costa (PTB-PA), pela rejeição.

Manutenção do BPC a pessoa com deficiência que exerça atividade remunerada

Projeto de Lei 1.506 de 2019, de autoria da deputada Rejane Dias (PT-PI), que altera o art. 21-A da Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estabelecer a manutenção temporária do Benefício de Prestação Continuada para a pessoa com deficiência que exerça atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, com relatório da deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS), pela aprovação.

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços

4ª feira, 10h

Transferência de empregados entre empresas do mesmo grupo econômico

Projeto de Lei 2.298/2019, de autoria do deputado Mário Heringer (PDT-MG), que estabelece a possibilidade de transferência de empregado entre empresas de um mesmo grupo econômico, dispensada a demissão, e dá outras providências, com relatório do deputado Luiz Philippe de Orleans e Bragança (PSL-SP), pela aprovação, com substitutivo.



Comissão de Finanças e Tributação

4 feira, 10h

Seguro-desemprego ao desempregado com empresa ou inscrito em conselho profissional

Projeto de Lei 3.568 de 2015, de autoria do deputado Lincoln Portela (PR-MG), que Regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e dá outras providências, para permitir a concessão e a percepção do benefício ao trabalhador desempregado inscritos em cadastro de empregadores ou em conselhos de fiscalização profissional.

Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

4ª feira, 9h

Falta justificada do empregado para acompanhar animal doméstico em consulta veterinária

Requerimento 160 de 2019, de autoria do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) que requer audiência pública para debater o PL 9.235/2017, que "acrescenta dispositivo ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a falta justificada do empregado que necessitar se ausentar do serviço para acompanhar animal doméstico em consulta veterinária de emergência".

Auxílio doença parental

Projeto de Lei 1.876 de 2015, de autoria as senadora Ana Amélia (PP-RS), Acrescenta art. 63-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências", para instituir o auxílio doença parental, com relatório da deputada Flavia Morais (PDT-GO), pela aprovação deste, e do pl 711/2015, apensado, com substitutivo.

Trnsferência automática de recursos do SINE

Projeto de Lei 7.589 de 2014, de autoria dos deputados Daniel Almeida (PCdoB-BA), Fátima Pelaes (MDB-AP), Flávia Morais (PDT-GO), que Altera a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial, institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para autorizar que a transferência automática de recursos da União para as demais esferas de governo, no âmbito das atividades do Sistema Nacional de Emprego (SINE), possa ser realizada automaticamente, sem a necessidade de acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere, com relatório do deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), pela aprovação, com substitutivo.

Aplicação de normas de medicina e segurança do trabalhador em área externa

Projeto de Lei 6.050 de 2016, de autora da deputada Érika Kokay (PT-DF), que acrescenta parágrafo ao art. 154 da Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a aplicação das normas de medicina e de segurança do trabalho aos trabalhadores em áreas externas, com relatório da deputada Flávia Morais (PDT-GO), pela aprovação, com emendas.

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

4 feira, 13h30

Saque do FGTS à mulher trabalhadora vítima de violência doméstica

Projeto de Lei 1.379 de 2019, de autoria do deputado Júnior Bozzella (PSL-SP), que Dispõe sobre a alteração da Lei de nº 8.036, de 11 de maio de 1990 e da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para tratar sobre o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), e torna facultativo o saque do FGTS à mulher trabalhadora vítima de violência doméstica, com relatório da deputada Chris Tonietto (PSL-RJ), pela rejeição do projeto de lei nº 1.379/2019, e do pl nº 3.303/2019, apensado.

Plenário

3^a, 4^a e 5^a feira, 14h

Feminicídio – crime inafiançável e imprescritível

Proposta de Emenda à Constituição 75 de 2019, de autoria da signatária senadora Rose de Freitas (PODE-ES), estabelece que a prática do feminicídio constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, com relatório do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), favorável com a Emenda nº1, que apresenta.

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

2^a Feira, 15h

Audiência pública para debater a PEC Paralela, com os seguintes convidados: Décio Bruno Lopes, presidente do Conselho Executivo da ANFIP; Sérgio Luís de Souza Carneiro, diretor do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional – SINPROFAZ; Henrique Nogueira de Sá Earp, professor doutor da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e doutor em Matemática; Milton Moreira, diretor presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Soledade – IPSOL; Diego Monteiro Cherulli, advogado, professor especialista em direito previdenciário e diretor do IBDP; Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado – FONACATE; Washington Luís Batista Barbosa, mestre em direito das relações sociais e trabalhistas, membro da diretoria da Comissão de Direito Previdenciário da OAB DF, diretor do Instituto DIA de Capacitação Estratégica, autor dos livros Conflitos Previdenciários e Reforma da Previdência, entenda ponto a ponto, ambos pela LTR.

Comissão Mista da Medida Provisória 889 de 2019

3^a Feira, 114h30

Saque aniversário do FGTS

Apreciação do relatório da MPV 889 de 2019, para dispor sobre a possibilidade de movimentação das contas do programa de integração social - pis e do programa de formação do patrimônio do servidor público - pasep, e a lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, para instituir a modalidade de saque-aniversário no fundo de garantia do tempo de serviço - fgts, e dá outras providências.

Comissão de Assuntos Sociais

4^a Feira, 9h

Ausência para acompanhar filho atleta em competições

Projeto de Lei 3.966 de 2019, de autoria do senador Confúcio Moura (MDB-RO), para permitir que o responsável por menor de 18 anos possa se ausentar do serviço para acompanhá-lo para participar em competições esportivas, nas condições que especifica, com relatório da senadora Leila Barros (PSB-DF) pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Assédio de mulheres no ambiente de trabalho

Projeto de Lei 1.399 de 2019, de autoria do senador Veneziano Vital do Rego (PSB-PB), que institui medidas para o combate ao assédio, moral ou sexual, no ambiente de trabalho, com atuação simultânea em três frentes: a abertura de canais seguros de denúncia e apuração dos fatos, o apoio psicológico à vítima de assédio e a elevação do nível de conscientização dos empregados e empregadores quanto ao problema e sua gravidade,



Comissão de Assuntos Sociais

4ª Feira, 9h

com relatório da senadora Leila Barros (PSB-DF), pela aprovação do Projeto, com duas emendas que apresenta.

Saque do Fundo de Garantia para compra de 2º imóvel

Projeto de Lei 2.967 de 2019, de autoria do senador Irajá (PSD-TO), que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de segundo imóvel, com relatório do senador Paulo Paim (PT-RS), pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Estende para os segurados com doenças graves o benefício de BPC

Substitutivo da Câmara dos Deputados 6 de 2018, ao Projeto de Lei do Senado 55 de 1996, de autoria do senador Casildo Maldaner (MDB-SC), a fim de modificar os requisitos para a concessão do benefício de prestação continuada às pessoas com deficiência e aos idosos carentes e estender o direito aos portadores de doença crônica grave, com relatório da senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), contrário ao Substitutivo da Câmara dos Deputados e pela remessa do Projeto à Comissão Diretora, para elaboração de texto final nos termos que indica.

Torna a sentença judicial passível de protesto e negativação

Projeto de Lei 2.830 de 2019, de autoria do senador Styverson Valentim (PODE-RN), que Modifica o art. 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para estabelecer que a decisão judicial transitada em julgado poderá ser levada a protesto, gerar inscrição do nome do executado em órgãos de proteção ao crédito ou no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) depois de transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias da citação do executado, se não houver garantia do juízo, com relatório da senadora Juíza Selma (PODE-MT), favorável ao projeto.

Descanso de trabalhadora para amamentação

Projeto de Lei 21 de 2018, de autoria do deputado Hugo Leal (PSC-RJ), que dispõe que para amamentar ou alimentar o seu filho, até que ele complete 6 meses de idade, a empregada terá direito, durante a jornada de trabalho, a dois descansos especiais de meia hora cada um, com relatório da senadora Eliziane Gama (Cidadania-MA), favorável ao Projeto, nos termos de substitutivo que apresenta.

Debate sobre o Primeiro emprego

Requerimento 135 de 2019, seja incluído o seguinte convidado: 1. Sr. Carlos Fernando da Silva Filho, Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT), na audiência pública para ratar do PL 5.228, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego e dá outras providências.

Primeiro emprego

Requerimento 137 de 2019, para a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5.228, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego e dá outras providências.

Saque do FGTS para o segundo imóvel

Requerimento 138 de 2019, para a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2967/2019, que altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), para permitir a movimentação da conta vinculada para aquisição de segundo imóvel. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Caixa Econômica Federal 2. Representante do Ministério da Economia 3. Representante do Conselho Curador do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS.



Comissão de Assuntos Sociais

4ª Feira, 9h

Primeiro emprego

Requerimento 139 de 2019, requer que na Audiência Pública objeto do RQS 133/2019, com o objetivo de instruir o PL 5228/2019, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências, seja incluído o seguinte convidado: 1. Dra. Noêmia Aparecida Garcia Porto, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA.

Primeiro emprego

Requerimento 141 de 2019, requer que na Audiência Pública objeto do RQS 133/2019, com o objetivo de instruir o PL 5228/2019, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências, seja incluído o seguinte convidado: 1. Dr. Ângelo Fabiano Farias da Costa, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT.

Primeiro emprego

Requerimento 141 de 2019, requer que na Audiência Pública objeto do RQS 133/2019, com o objetivo de instruir o PL 5228/2019, que institui a Nova Lei do Primeiro Emprego, e dá outras providências, seja incluído o seguinte convidado: 1. Senhor Seme Arone Junior, Diretor Presidente da Associação Brasileira de Estágios - ABRES.

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

4ª Feira, 10h

PEC Paralela

Proposta de Emenda à Constituição 133 de 2019, que Permite que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem em seus regimes próprios de previdência social as mesmas regras aplicáveis ao regime próprio da União; modifica renúncias previdenciárias; prevê benefício da Seguridade Social à criança vivendo em situação de pobreza; e dá outras providências, com relatório do senador Tasso Jereissati

Comissão de Assuntos Sociais

4ª Feira, 11h

Audiência pública para Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2011, que “acrescenta o art.431-A à Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) e altera o caput do art.93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre o preenchimento de quotas para pessoas com deficiência”, com os seguintes convidados: representante da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; representante da Secretaria Especial da Previdência e Trabalho do Ministério da Economia; representante do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência; representante da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais; Alberto Bastos Balazeiro, Procurador-Geral do Trabalho.

Brasília-DF, 04 de novembro de 2019.
Relações Institucionais da CNTC